Acervo ISA

INSTITUTO SOCIO AMBIENTAL
data ___/___/___
cod. 10 000 469

Política Ambiental para a Amazônia: o desafio de conciliar desenvolvimento e proteção

Mary Helena Allegretti
Secretária de Coordenação da Amazônia
Ministério do Meio Ambiente

Conciliar esses dois desafios – gerar renda e emprego e proteger a floresta e a biodiversidade - requer uma revisão tanto dos conceitos de desenvolvimento quanto de conservação. O que vem sendo feito, nas últimas décadas, na Amazônia, em nome do desenvolvimento, tem se caracterizado pelo desperdício de recursos, situação típica de países com grande extensão territorial e uma fronteira em expansão, o que induz à utilização dos recursos naturais como bens ilimitados. De outro lado, aqueles que buscam exclusivamente a proteção da natureza, especialmente instituições do primeiro mundo, tendem a idealizar uma Amazônia que não existe de fato. Imaginam um imenso território vazio, onde a proteção depende da capacidade de separar espaços especiais, administrados por fiscais e sem a presença humana.

Acervo ISA

O desenvolvimento é uma justa aspiração da sociedade amazônica, assim como também é justa a expectativa mundial de que a última reserva de biodiversidade do planeta seja protegida. Têm razão os empresários quando afirmam que foram para a Amazônia para ampliar a produção agrícola e as exportações, a pedido do governo militar; e os assentados da reforma agrária, quando justificam as queimadas pela inexperiência em lidar com a floresta, já inexistente no sul do país, de onde vieram, também no bojo de programas governamentais.

Destas iniciativas históricas resulta o problema ambiental que tem alcançado um dos mais altos índices de atenção em todo o planeta, desde a década de 80 até hoje: o desmatamento da Amazônia. De fato, pelas projeções do INPE (2000), uma extensão acumulada igual a 580 mil Km2 ou 14,3 % do bioma da região já foi aberta, uma área igual às superfícies da Bahia e São Paulo, juntos, resultado tanto da expansão da agropecuária quanto dos projetos de assentamento da reforma agrária.

Mudou muito, nos últimos anos, o contexto dentro do qual a conciliação entre desenvolvimento e proteção ambiental vem ocorrendo. Hoje o desmatamento está relacionado com as mudanças climáticas em curso em todo o planeta e os enormes prejuízos econômicos que significam. Está também relacionado com perda de insumos e conhecimentos estratégicos sobre a

Acervo ISA

biodiversidade, para utilização pela engenharia genética na produção de novos fármacos. O fato de um quinto da área desmatada (165 mil Km2), encontrar-se abandonada e fora do processo produtivo é um índice preocupante do desperdício de recursos associado ao modelo tradicional.

Mudou, também, o contexto do debate sobre o tema, hoje focado na identificação de alternativas tecnológicas, econômicas e sociais ao desmatamento. São outros, também, os protagonistas dessas propostas, na medida em que mudou a representação política da Amazônia, no legislativo e no executivo, em todos os níveis. Nos últimos anos, passaram a ser eleitos aqueles que defendem um modelo sustentável de desenvolvimento para a região.

Também vem mudando a idéia de que a proteção deve dispensar a presença humana. Um fato quase sempre esquecido no planejamento da região é a existência de enormes contingentes populacionais que vivem em harmonia com a floresta - as populações tradicionais – as quais, apropriadamente qualificadas, constituem um contingente estratégico de proteção do território e de valorização dos recursos florestais que pouco países dispõem.

Por último, quem hoje cobra do governo uma postura responsável em relação à Amazônia é a opinião pública nacional, diferentemente do passado, quando a pressão era exclusivamente externa. E esse talvez seja um fator

Acervo ISA

chave para o futuro da região, uma vez que pode influenciar decisões do poder público, como ocorreu, em 2000, com a discussão sobre o Código Florestal.[1]

Desde que assumiu a condução da política ambiental brasileira, em janeiro de 1999, o ministro José Sarney Filho decidiu orientar sua ação no sentido de fortalecer essas novas tendências em curso na análise da questão amazônica. Essa nova postura caracteriza-se pelo reconhecimento das forças econômicas e sociais regionais como interlocutoras privilegiadas na definição das políticas para a região e da necessidade de se estabelecer foruns adequados de discussão e negociação entre os interesses ambientais e desenvolvimentistas predominantes na região. Reconhece, também, a necessidade de atuar em duas vias simultaneamente: uma que monitora, fiscaliza e multa os empreendimentos econômicos que infringem a legislação ambiental, e outra que estimula mudanças nos padrões tecnológicos, favorece a implementação de atividades sustentáveis e privilegia a valorização econômica dos recursos naturais.

O objetivo da atuação do Ministério do Meio Ambiente na Amazônia é, portanto, evitar o avanço das atividades econômicas sobre a floresta nativa, por meio de um pacto entre os atores econômicos, políticos e sociais, que

[1] Mudanças no Código Florestal, reduzindo de 80% para 50% o limite permitido para corte raso, em cada propriedade, na Amazônia, defendidas por parlamentares ligados à base ruralista no Congresso, foram questionadas pelos órgãos de comunicação e por entidades não governamentais, impedindo sua aprovação pelo governo, em 2000

Acervo ISA

permita estabelecer as bases para a implantação de um modelo sustentável de desenvolvimento.

Para atingir esse objetivo, uma iniciativa estratégica que o Ministério vem implementando, desde 1999, é a negociação de ***Agendas Positivas*** em todos os estados amazônicos, com ampla participação de órgãos governamentais, setor privado e sociedade civil. As Agendas Positivas são constituídas por um conjunto de medidas voltadas a coibir o desmatamento ilegal e, ao mesmo tempo, incentivar o uso sustentável, a recuperação de áreas já desmatadas e a valorização da floresta em pé, para fins de conservação e uso sustentável de produtos madeireiros e não madeireiros. Em junho de 2000, foi elaborada a Agenda Positiva Regional para a Amazônia Brasileira, com ampla participação de representantes de todos os estados amazônicos.

Em mais de um estado, com apoio do ***Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7)***, o ***Zoneamento Ecológico Econômico*** já é um instrumento de formulação de políticas públicas, definindo o que pode ser incorporado ao processo produtivo e o que deve ficar protegido. Isso facilita a implementação do ***Projeto Arpa***, voltado para a criação de um ***Sistema de Áreas Protegidas***, incluindo proteção estrita e uso sustentável, conforme as características próprias a cada espaço regional e

Acervo ISA

resulta em uma espécie de macro zoneamento, fundamental para orientar decisões políticas sobre o desenvolvimento da região.

Nosso objetivo é evoluir da extração não-sustentável de recursos naturais para a internalização de cadeias produtivas, especialmente nos setores com maior conteúdo tecnológico. Para gerar vantagens comparativas dinâmicas sobre a base de mega-diversidade oferecida pela floresta, o ***Programa Brasileiro de Ecologia Molecular - PROBEM***, investe em tecnologia para a implantação de bioindústrias na Amazônia. O imenso potencial genético, uma vez transformado em produto de alto valor, se tornará um poderoso argumento econômico para a conservação da biodiversidade. O turismo ecológico, através do ***Proecotur***, também é prioritário para o MMA, pois gera emprego e dinamiza a economia tendo como base exatamente cenários naturais pouco alterados. Também investimos no aprimoramento do ***Agroextrativismo***, ou seja, da produção extrativa sustentável, visando inclusive a exportação para nichos de mercado que valorizam o conteúdo ecológico das mercadorias. Existem hoje, só na Europa, cerca de 12 mil pontos de varejo dedicados à *troca justa*, em que os produtos ganham valor adicional pelo que representam em termos de preservação ambiental e justiça social.

Acervo ISA

Do ponto de vista das ações de fiscalização, também existem avanços significativos. No ano 2000, o Ministério e o IBAMA implementaram o Programa ***Amazônia Fique Legal***, com apoio do ***PPG7***. Essa campanha demonstrou que é possível ordenar mais eficazmente as atividades econômicas que afetam o meio ambiente, através de parcerias com os Estados, articulando e descentralizando ações entre os níveis de governo. Como resultado dessa iniciativa, duas experiências inovadoras estão em execução na região. No Mato Grosso está em implantação um processo de licenciamento rural georeferenciado que, quando concluído, deverá viabilizar um controle eficiente dos usos da propriedade, principalmente do controle sobre os desmatamentos. O Acre está implantando um sistema de autorização de desmatamentos associado à regularização fundiária da posse de pequenos agricultores, permitindo acesso a crédito e tecnologia que deverá influir na qualidade do uso dos recursos naturais. Com o apoio do PPG7, todos os Estados da Amazônia apresentam soluções inovadoras nessa área.

O campo de atuação do MMA, no entanto, é restrito e temos consciência de que é fundamental influenciar outras áreas do governo cuja atuação impacta a floresta amazônica. Um exemplo dessa parceria ocorre no Ministério do Desenvolvimento Agrário que, atendendo pleito ambiental, proibiu a desapropriação e a aquisição de terras com florestas primárias para

Acervo ISA

efeito de reforma agrária. Também formulamos em parceria o ***Projeto de Desenvolvimento Sustentável***, modalidade de reforma agrária adequada à Amazônia e que introduz uma série de inovações: o conceito de interesse ecológico no ato de desapropriação; a extensão dos direitos associados ao conceito de *população tradicional* à agricultura familiar; e o repasse das terras aos assentados por sistema de concessão de uso e não somente por titulação.

Nossa intenção é clara. Precisamos conquistar uma mudança nos padrões tecnológicos e gerenciais das atividades tradicionais e, ao mesmo tempo, apoiar a verticalização e aprimoramento das diversas atividades que valorizam a floresta viva. Isso somente será possível se os órgãos voltados ao desenvolvimento regional internalizarem nas políticas públicas os parâmetros da sustentabilidade. Para isso contribuímos com a criação, em junho do ano passado, do ***Comitê de Ação Integrada para a Amazônia***, que congrega BNDES, BASA, SUFRAMA, Banco do Brasil, Ministério da Integração, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Desenvolvimento e Ministério do Meio Ambiente.

Por último, estamos cientes da importância de ampliar a infra-estrutura regional em termos de transportes, vias de comunicação, energia, armazenamento visando assegurar capacidade competitiva à economia amazônica. Entendemos, no entanto, ser necessário aproveitar a experiência da

Acervo ISA

região nessa área e incorporar, no planejamento, os novos conceitos da economia ambiental, visando projetar cenários que valorizem os recursos naturais. Em parceria com o Ministério do Planejamento e o BNDES, está sendo licitado um estudo que irá avaliar o impacto sócio-econômico e ambiental agregado dos projetos previstos nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento do Programa Avança Brasil, na Amazônia e apresentar alternativas nessa direção.

Qual o papel da Amazônia no desenvolvimento do país, nesse milênio que inicia? Esta é a pergunta que deve orientar as ações do governo para a região. Produtora de matérias-primas agrícolas, pecuárias e madeireiras para exportação? Corredor de exportação para produtos oriundos de outras regiões? Área de expansão da fronteira agrícola para pequenos produtores de outras regiões do Brasil? Exportadora de produtos florestais, madeireiros e não madeireiros certificados? Produtora de serviços ambientais ao país e ao planeta relacionados à água, clima, cenários naturais? Uma combinação de todas essas possibilidades?

A certeza que orienta as ações do Ministério de Meio Ambiente para a Amazônia, neste início de século e de milênio, é a urgência de sair da dicotomia tradicional, na qual o desenvolvimento implica degradação dos

Acervo ISA

recursos naturais e a proteção do meio ambiente significa manter a população na pobreza. Estamos fazendo a nossa parte.